## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CMULHER

REQUERIMENTO N°\_\_\_\_\_, DE 2018 (Da Sra. ERIKA KOKAY)

> Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da Casa da Mulher Brasileira.

Senhora Presidente.

Requeiro a V. Exa., com base no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Audiência Pública para discutir a situação da Casa da Mulher Brasileira. Solicitamos sejam convidados/as:

- I) A Sra. **DEBORAH DUPRAT**, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal PFDC/MPF;
- II) A Sra.**MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS** Defensora Pública-Geral do Distrito Federal;
- III) A Sra. ERICKA FILIPPELLI, futura Secretária da Mulher do Distrito Federal;
- IV) A **LIZ-ELAINNE MENDES**, promotora de Justiça do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- V) Representante do movimento sindical; e
- VI) Representante das mulheres atendidas pela Casa da Mulher Brasileira unidade de Brasília.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em 2013, o governo da presidente Dilma Rousseff deu início à construção de espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência. Nascia então a Casa da Mulher Brasileira, espaço inovador no atendimento humanizado às mulheres. A estrutura passa a integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

A proposta inicial era construir 27 Casas da Mulher Brasileira, como parte do Programa Mulher Viver sem Violência. Atualmente, porém, apenas 7 unidades estão prontas, sendo que cada uma custou mais de R\$ 10 milhões, mas apenas duas estão em pleno funcionamento: as de Mato Grosso do Sul e São Luís. A de Curitiba está aberta, porém não tem delegacia da mulher por falta de servidores.

Os casos mais preocupantes estão no Distrito Federal, Roraima e São Paulo, com unidades fechadas há mais de dois anos. A de Brasília foi inaugurada em 2015, mas foi interditada três anos depois por risco de desabamento. Atualmente, encontrase em obras, sem previsão de entrega.

Considerando a importância dessas estruturas para o acolhimento e atendimento às mulheres vítimas das mais diversas violências, e ainda, tendo em vista que foram investidos vultosos recursos para a construção desses equipamentos públicos, é urgente que discutamos medidas para assegurar o pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal e nas demais unidades da Federação, motivo pelo qual apresentamos o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2	de 2018
------------------------------	---------

Deputada ERIKA KOKAY - PT/DF